

|1041 | CONSTRUÇÃO DE UMA METODOLOGIA DE INTERVENÇÃO PARA A POLÍTICA PÚBLICA HABITACIONAL: O PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO DA ZEIS ILHA DE DEUS EM RECIFE, BRASIL

Norah Neves, Daniela Lira Mariz

Resumo

O trabalho traz reflexões sobre a prática de intervenção urbana e habitacional na Ilha de Deus, localizada num dos maiores manguezais urbanos do país. Examina-se o impacto social e a metodologia adotada pelo Governo do Estado no processo de transformação do território. A Ilha apresenta problemas que são comuns à assentamentos que ofertam infraestrutura precária, sua população vive em condições de pobreza, exclusão urbana, segregação social e vulnerabilidade social e econômica. Possui o agravante de estar em área alagada, na extremidade de um manguezal protegido por legislações ambientais, acentuando a necessidade de estabelecer uma relação sustentável entre homem e meio ambiente. O processo de transformação do espaço social e construído pretende reverter as condições de pobreza, insalubridade e precariedade dessa população. Com base nos diagnósticos elaborados em discussão com os moradores e os técnicos, formulou-se um Plano de Intervenção tomando como princípio integração das políticas: habitacional, ambiental, social e de desenvolvimento econômico. [1]Ressalte-se que a ação pública, só está sendo transformadora da situação precária e estruturadora de uma nova relação entre o homem e habitat por considerar dois fatores. Na gestão, rompe com a lógica da ação isolada, pontual, que não alteraria o quadro de problemas da Ilha. A intervenção integrada vem potencializando os investimentos e acelerando a capacidade de transformação social. Outro fator refere-se à construção partilhada com seus habitantes de um projeto comum entre as instituições e a comunidade. Indaga-se sobre o tempo em que as transformações irão permanecer e garantir mudanças efetivas na vida dessa comunidade.

Palavras-chave: metodologia, planejamento, participação, identidade, sustentabilidade.

Introdução

Este trabalho, sistematizado para ser apresentado no XV Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, busca refletir sobre o desafio da comunidade de pescadores localizada num dos maiores manguezais urbanos do país, a Zona Especial de Interesse Social Ilha de Deus, em Recife, Brasil, em permanecer na localidade sem risco, de forma adequada e em condições de equilíbrio com o meio ambiente.

A despeito dos esforços do Estado e da sociedade organizada em vários momentos ao longo do tempo para enfrentar as questões da habitação popular, as iniciativas

continuam a desafiar os gestores públicos e a sociedade brasileira. Várias alternativas de intervenção para a moradia popular foram desenvolvidas sem que o problema pudesse ter solução.

Assim, as famílias de baixa renda, excluídas das oportunidades habitacionais geradas pelas políticas governamentais, continuam construindo suas moradias em locais inadequados, alagados da planície e vertentes de colinas. As mobilizações sociais e a resistência para se manter na cidade contra as políticas oficiais de expulsão (1940 a 1970) e a luta por melhores condições locais de habitação (1980 a 1990), mesmo em condições ambientais desfavoráveis, em alagados, como é o caso da Ilha de Deus, e em morros, é uma marca do processo histórico da produção das áreas pobres no espaço metropolitano do Recife. As forças dessas mobilizações, associadas às mudanças no foco da Política Nacional, de Habitação fizeram o Recife protagonizar e materializar em lei importantes instrumentos da luta brasileira pela Reforma Urbana – as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), instituídas no Recife em 1983.

As ZEIS possuem parâmetros urbanísticos específicos que visam garantir a permanência da população no local, inibindo a especulação imobiliária, consequência da valorização do espaço urbano.

A Ilha de Deus foi transformada em ZEIS em 1996, por meio de lei municipal (Lei no 16.176/96), porém, suas primeiras ocupações datam de 1950 e foram progressivamente invadindo o leito dos rios Jordão, Pina e Tejipió, cujos manguezais constituem um ecossistema protegido por Lei Federal (Lei nº 4771/65). Até o início das intervenções atuais pelo poder público, a comunidade da Ilha de Deus lutou para continuar no espaço ocupado, próximo ao centro urbano, e pela garantia da manutenção da sua atividade econômica de subsistência, a pesca. Resistiu por todos esses anos às possibilidades de expulsão na busca de melhores condições locais de habitação.

As pressões para ocupar o espaço urbano têm marcado duramente as cidades contemporâneas. Poder dispor de um domicílio é uma condição de definição de lugar na cidade. A busca por uma moradia é um sonho e um drama humano.

Mesmo considerando as favelas uma forma que a população menos favorecida encontra para resolver seus problemas de moradia, as condições de pobreza, precariedade das edificações e vulnerabilidade das famílias faz com que esses espaços na cidade do Recife sejam denominados áreas pobres, reduzidos pelo Estado a um problema social.

Ilha de Deus não difere quanto ao seu processo de ocupação, das demais áreas pobres e ribeirinhas da cidade do Recife: ocupações espontâneas, em “terras” alheias, nem

sempre apropriadas para ocupação, sem traçado urbano planejado, sem infraestrutura básica e serviços instalados, que, paulatinamente, vão se consolidando tanto por intervenções públicas quanto privadas, na busca das condições básicas de habitabilidade (energia, água, drenagem, esgoto, etc.).

Para analisar a intervenção que vem sendo promovida pelo Governo do Estado de Pernambuco na Ilha de Deus, o presente documento está estruturado, além desta introdução, em mais três capítulos: o primeiro apresenta os objetivos do estudo em tela a partir de uma análise das transformações recentes na Ilha de Deus no processo de urbanização da cidade do Recife. O segundo capítulo discorre sobre a atuação do Governo do Estado naquela localidade, apresentando um histórico da ocupação, a metodologia de intervenção e a situação atual do processo de urbanização. Por fim, o capítulo três apresenta as considerações finais sobre a presente reflexão.

Este estudo justifica-se pela ausência de conhecimento sistemático sobre o fenômeno da precariedade urbana e habitacional e, principalmente, sobre o resultado de projetos desenvolvidos em assentamentos precários. A falta de avaliação dos projetos sociais executados representa grandes dificuldades para desenvolvimento de políticas públicas nacionais e locais nessa temática.

Seguindo preocupações de estudos sobre intervenções em assentamentos precários, a questão que se coloca é, portanto, saber se é possível considerar a transformação que vem ocorrendo na Ilha de Deus como exemplo de uma prática exitosa de política pública.

Objetivo

Este trabalho tem por objetivo analisar o processo de intervenção que vem acontecendo na ZEIS Ilha de Deus por meio de uma ação do poder público no contexto de transformação do espaço urbano da Região Metropolitana do Recife (RMR), onde coabitam no mesmo espaço urbano favelas, e uma população abastada, servida por domicílios bem construídos, com acesso a boa infraestrutura.

Um obstáculo para tornar o território menos excluído são as heranças que marcaram fortemente o seu processo de produção, tais como: as grandes propriedades de terra, remanescentes dos antigos engenhos e a alta valorização imobiliária das áreas planas e secas, o que restringe o seu acesso pelas classes mais pobres. É importante ressaltar que

mesmo nas cidades do mundo desenvolvido estão surgindo territórios excluídos dos benefícios do crescimento, na forma de guetos e periferias, em que a precariedade do habitat, o isolamento e a violência são as principais marcas. São os espaços em que se concentram a Miséria do Mundo.[2]

Uma breve retrospectiva sobre o processo de urbanização demonstra como os espaços da cidade do Recife se transformaram, se multiplicaram, se expandiram, se distanciaram da sua configuração linear primitiva. As áreas de mangues e alagados foram em grande parte aterradas, as terras, com seus espaços livres e dispersos, foram ocupadas e edificadas.

O processo de urbanização no Brasil tornou-se mais acelerado no final do século XIX, sem que a sociedade brasileira estivesse preparada para correr os riscos da mudança do novo paradigma de desenvolvimento e progresso. As cidades foram adquirindo importância na organização territorial do país, tornaram-se o centro potencial para melhorias industriais, técnicas e administrativas, e passaram a atrair a população originária do campo.

Assim que se tornou nação republicana, depois da abolição dos escravos, o Brasil começou a enfrentar grandes problemas sociais. Na cidade do Recife a grande maioria dos negros passou a residir em palhoças ou em mocambos, deixaram de habitar nas antigas senzalas. Em geral, os locais ocupados pelo trabalhador livre sem terra e sem teto são as áreas alagadas e de difícil acesso, ou, ainda, os espaços vazios nos arredores dos sobrados e casarões sofisticados, mantendo o antagonismo entre pobreza e riqueza que até hoje se apresenta como uma marca da cidade do Recife. Mocambo ou mucambo era denominado no século XVIII e XIX, o reduto dos escravos fugidos. Esse tipo de assentamento torna-se depois um fenômeno arquitetônico da atividade construtiva da população menos favorecida, com influência negra e também índia. [3]

Outra modalidade de habitação popular que compõe o cenário da cidade do Recife são as palafitas: edificações em estacas, em geral de madeira, construídas sobre as águas dos rios e canais. As palafitas, como os mocambos, fazem parte de programas de intervenção do Estado sobre a moradia dos pobres, com o objetivo de erradicação dessas unidades, por apresentarem condições de riscos físicos e de insalubridade para a população que as habita..

Enquanto não houver uma política social que garanta o acesso à moradia, a resolução do problema ficará sempre a cargo da improvisação daqueles que necessitam construir um teto para abrigar-se.

Descrição do problema

Localizada na Zona Sul da cidade do Recife, inserida no estuário dos rios Pina, Tejipió e Jordão, e na extremidade norte de um dos maiores manguezais urbanos do país (Parque dos Manguezais - que compõe a reserva estuarina do rio Pina), a Ilha de Deus é constituída por uma comunidade de pescadores artesanais e desenvolve uma relação direta de dependência com esse ecossistema.

Figura 1: Mapa de localização ZEIS Ilha de Deus.



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão de Pernambuco- SEPLAG.

As primeiras ocupações tiveram lugar em 1950 e aconteceram de forma progressiva e espontânea pelo trabalho do homem sobre as águas, criando solo para assegurar sua moradia ou instalando-a suspensa (palafita) na confluência dos rios Jordão, Pina e Tejipió.

Outro fator marcante no processo de evolução da ocupação em Ilha de Deus é a relação do assentamento com os viveiros de pescados (camarão), o que condicionou a sobrevivência da maioria de sua população à atividade pesqueira. Os viveiros vão se expandindo ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990.

A consolidação do assentamento da Ilha de Deus foi fortalecida pela construção da Ponte Vitória das Mulheres em 1986, conectando-a ao Bairro da Imbiribeira.

O acesso, antes possível apenas por barco, amplia-se, e são intensificadas novas possibilidades de relações socioeconômicas: não somente o ir e vir foi facilitado, como a população passou a ser atendida, tanto por serviços urbanos de abastecimento de água, energia e

limpeza urbana (1991 e 1993), quanto por serviços de saúde e educação (Escola Municipal, 1991; Posto de Saúde- 1995 e Creche Municipal, 1996).

Em 1996, a comunidade da Ilha conquista o direito à moradia, com o reconhecimento pelo Poder Público, quando transformada em ZEIS.

O fato de estar localizada numa ilha, isolada da cidade, e de possuir uma atividade relacionada à condição geográfica, desenvolveu um forte sentimento de identidade com o lugar por parte dos habitantes. Algumas falas dos moradores sobre o significado de morar na Ilha refletem como as relações de trabalho, sobrevivência, o apego à paisagem e o afeto pelo mangue se apresentam como além das condições de risco em que se encontram as famílias: “(...) de onde tira o sustento (...) é uma terra abençoada, o silêncio e a magia do mangue, o ar purificado, a natureza, a pesca (...) é a razão de viver, é um paraíso (...) foi nascido e criado na comunidade e ter boa vizinhança(...) tenho orgulho de morar aqui, só saio daqui depois de morto”.

Existe, no entanto, um sentimento de que a ilha já não é mais a mesma de outrora quando alguns moradores destacam: “o local era um lugar rico para quem era pobre (...) o mar tinha muita riqueza, pescava-se de balde cheio”.[4]

Nesse contexto, e em resposta à luta dos moradores da Ilha de Deus, o atual Governo do Estado de Pernambuco assumiu um compromisso político com aquela população para a melhoria das condições de habitabilidade das famílias ali residentes.

Assim, a SEPLAG desenvolveu (2007) um Plano de Ação Integrada de Investimentos para a ZEIS Ilha de Deus, por meio da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco (FADE/UFPE), o que resultou além das várias diretrizes e de hierarquização de ações para a população, em três propostas de intervenção física para a localidade.

Na época do cadastro censitário, foram identificados 348 imóveis, sendo que 69% dos domicílios eram atingidos pela maré. Os imóveis construídos com madeira ou restos de materiais correspondiam a mais da metade das moradias, com 22% do total sobre as palafitas. A população da Ilha de Deus era de 1.152 habitantes.

Pelas suas características de acesso, a circulação interna na Ilha é realizada principalmente a pé e com bicicleta.

Praticamente, metade das famílias (46,1%) recebia até um salário mínimo na época do cadastro e o nível de escolaridade era muito baixo, com 10,2% de analfabetos. O salário mínimo em 2007 era de R\$ 380,00 (trezentos e oitenta reais), equivalente a aproximadamente U\$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco dólares).[5]

Mais de 64% das famílias vivem da pesca ou da catação de marisco - esse indicador já é suficiente para qualificar a localidade como tipicamente dependente da pesca.

Além dos equipamentos públicos referenciados no início deste item, a população é atendida pelos seguintes equipamentos comunitários: duas igrejas evangélicas, o **Centro de Desenvolvimento Integral Vida II**, entidade sem fins lucrativos que presta serviço de apoio escolar à comunidade, o **Centro Educacional Popular Saber Viver**, que presta serviços de educação profissional (padaria, pastelaria, artesanato), escola de futebol, curso de dança, teatro e apoio educacional - e **Ação Comunitária Caranguejo Uçá**, movimento de resistência, constituído por jovens da própria localidade e de outras comunidades, que, por meio da arte, tem como missão principal contribuir para o processo de construção do pensamento crítico. Presta serviços à comunidade utilizando a rádio comunitária, Boca da Ilha, e desenvolve projetos sobre as questões ambientais.

A organização sociopolítica da Ilha de Deus não se estrutura em torno de associação ou conselho de moradores, mas de lideranças reconhecidas pela população, ligadas às organizações comunitárias, além de outras forças políticas que a representa na defesa de seus interesses.

Esses atores sociais são importantes para o desenvolvimento das ações que ocorrem dentro da comunidade, uma vez que facilitam o diálogo devido à atuação junto aos moradores e têm conhecimento da dinâmica local. São formadores de opinião e considerados parceiros no desenvolvimento do projeto.

Nesse sentido, o Plano de Urbanização da Ilha de Deus se constituiu de forma participativa desde o início. Para que a proposta elaborada representasse os anseios da população, foram realizados levantamentos de campo, entrevistas e oficinas de diagnósticos com todos os moradores, quando foram definidas as prioridades de ação. Dentre as prioridades listadas pela comunidade, foi indicada a construção da ponte de concreto para o acesso à ilha, a fim de possibilitar a prestação de serviços aos moradores, porém, por decisão da comunidade, os veículos não circularão no interior da Ilha. A construção da ponte de concreto, inaugurada em dezembro de 2009, é percebida pelos moradores como uma possibilidade de mudança das condições presentes na Ilha antes do início da transformação em curso, como pode ser observado no título da matéria postada no *site* do Caranguejo Uçá: "A ponte é o concreto caminho para novas etapas na vida dos moradores da ilha de Deus!"

Nas assembleias e com o apoio das instituições locais, os moradores da Ilha de Deus escolheram, com algumas ressalvas, a proposta a ser implementada para a urbanização

da Ilha e das unidades habitacionais, apresentada por meio de maquetes. Diversos foram os momentos de esclarecimentos e de resposta às dúvidas da população.

A partir desse plano de ação, consideradas e acatadas as sugestões apresentadas por escrito à SEPLAG, foi definido um projeto urbanístico para a ZEIS Ilha de Deus que integra uma área de 17,91 ha, com menos de um terço ocupado com moradias, 4,55 ha, e o restante com viveiros de camarão.

O projeto prevê a remoção de parte das famílias (78) para um terreno localizado a aproximadamente 200 m da ZEIS, a permanência do restante das famílias (278) em uma área de 3,86 ha e a recomposição de mangue de parte da área ocupada por palafitas, com 9.929,71 m², fundamental na aprovação do projeto pelos órgãos ambientais.

A proposta urbanística contempla: (i) elevação da cota da Ilha e demarcação da área ocupada por muro em gabião; (ii) 272 novas unidades habitacionais; (iii) retirada de onze viveiros, na sua maioria para viabilizar a obra de dragagem; (iv) construção de cais, piers, deques/mirantes; (v) via de contorno; (vi) construção de novos equipamentos comunitários (Unidade de Beneficiamento de Pescado, Escola de Remo, três praças e *playground*) e reconstrução, ampliação ou reforma de equipamentos existentes (Posto de Saúde, sede do Caranguejo Uçá, Escola Municipal, Centro Educacional Poupular Saber Viver, Creche, Centro Integral Vida II, Espaço das Pescadeiras; (vii) implantação dos sistemas de drenagem, abastecimento d'água (substituição de toda a rede existente), esgotamento sanitário, pavimentação e iluminação pública.

Duas peculiaridades na execução da ação cabem aqui serem destacadas. A primeira refere-se ao transporte de material para a obra. Em função da impossibilidade de acesso, pela ponte, de veículo de carga pesada à Ilha, esse transporte está sendo realizado por meio de uma balsa, o que confere uma especificidade à referida obra. A outra peculiaridade, mais complexa, diz respeito à execução da obra com as famílias que residem na Ilha, situação que demanda uma ação perfeitamente integrada da equipe social com a equipe de obra.

Na busca por superar esse desafio, a ação estrutura-se na **engenharia social**. Trata-se de uma abordagem que visa substituir um conjunto de condições adversas por um conjunto de condições favoráveis à vida e ao desenvolvimento dos indivíduos e grupos. Essa metodologia baseia-se num estudo integrado (nas dimensões socioeconômica, sócio-organizativa, urbanística e ambiental), territorializado, focado e, sobretudo, participativo por todos os atores que atuam no espaço a ser transformado.

Território transformado e o fortalecimento da identidade no novo espaço construído

A urbanização considerou a reconstrução das moradias existentes na localidade, assim resultou em uma nova paisagem urbana. A preocupação em manter a identidade territorial do grupo, objeto da ação, no novo espaço construído assume, então, um papel relevante.

Desta maneira, a elaboração do projeto de urbanização apresentou como premissa básica a concepção coletiva das soluções arquitetônicas, urbanísticas e de engenharia, fundamental para a apropriação e conservação pelos habitantes do ambiente natural e construído.

Assim, o projeto contempla cinco tipologias habitacionais, todas unifamiliares, de acordo com as necessidades das famílias.

- 208 unidades habitacionais duplex com dois quartos (área construída: 51,55m²);
- 40 unidades habitacionais térreas com dois quartos (área construída: 41,80m²);
- 04 unidades habitacionais térreas com 3 quartos (área construída: 48,07m²);
- 20 unidades habitacionais mistas- moradia + comércio (área construída: 46,66m²);
- 78 unidades habitacionais duplex com três quartos (Conjunto Habitacional com área construída: 55,41m², sendo 3 adaptadas para deficientes físicos).

A obra, realizada por etapa, promove a entrega das casas à medida que vão sendo concluídas, das 226 moradias já ocupadas: 27 unidades habitacionais foram entregues em setembro de 2010, 78 unidades em julho de 2011 e 121 em abril de 2012. A previsão de entrega das 124 moradias restantes está programada para o ano de 2013, perfazendo um total de 350 novas moradias previstas pelo projeto.

Analisando-se as condições atuais do local, observam-se alguns exemplos que demonstram o cuidado no uso da nova moradia e dos espaços públicos coletivos. Unidades habitacionais entregues há mais de dois anos, conforme Figura 2 abaixo, confirma o zelo das famílias reassentadas com suas moradias, pintura em bom estado de conservação, jardins preservados e melhorias executadas ao longo do tempo de ocupação do imóvel. Observar material de construção ao lado da casa verde que será utilizado para revestimento cerâmico do piso da sala e dos quartos entregues em cimento liso.

Figura 2: Foto em junho de 2012 de casas entregues em dezembro de 2010.



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão de Pernambuco- SEPLAG

Na Figura 3 a seguir, pode-se observar a dinâmica do uso das áreas coletivas pelas famílias, bem como, o bom estado de conservação dessas áreas, cujas casas foram entregues em julho de 2011, há um ano e meio atrás.

Figura 3: Foto em junho de 2012 de casas entregues em julho de 2011.



Fonte: Secretaria de Planejamento e Gestão de Pernambuco- SEPLAG

O conjunto habitacional acima abriga parte das famílias da Ilha de Deus, em um terreno a menos de 200m da ilha. Em atendimento aos órgãos ambientais, foi necessário reduzir a área do manguezal ocupada por moradia. Assim, 78 famílias optaram pelo reassentamento no continente, haja vista que a maioria já não possui a pesca como fonte de

renda principal. A imagem com as ruas limpas, os jardins conservados e a presença de moradores usufruindo do espaço público de convivência vem a confirmar a aceitação e identificação dos moradores com o novo espaço edificado.

Integrado ao Projeto Urbanístico, foi formulado um **Projeto de Desenvolvimento Socioeconômico e de Fortalecimento dos Aspectos Culturais**, que engloba as áreas sociais e de emprego e renda, tendo como tema transversal a questão ambiental. Esse projeto dá continuidade às ações já em curso e tem como meta atingir todas as famílias no avanço da educação, trabalho e renda e da consciência ambiental, para que os próprios cidadãos promovam a continuidade das ações e garantam sua permanência na Ilha de forma equilibrada, por conseguinte sustentável.

Não apenas o equilíbrio entre o homem e os recursos naturais indispensáveis à sobrevivência das famílias que ali habitam, como também a qualidade do espaço edificado, projetado de forma adequada aos hábitos e costumes das famílias, e, ainda, a garantia do acesso aos serviços urbanos e às políticas públicas sociais apresentam-se como condições fundamentais para a sustentabilidade de todo investimento público no local.

Outro aspecto essencial é a promoção da autonomia da comunidade, garantindo que a população em um processo de conquista dos direitos individuais e coletivos assegure o seu papel de protagonista da transformação do seu território.

Nesse sentido, é importante destacar ações promovidas pelos próprios moradores da Ilha, com ou sem o apoio do poder público ou de entidades não governamentais: o **Grupo das Artesãs da Ilha de Deus**, coordenado pelo Centro Educacional Popular Saber Viver, há 5 anos expõe em feiras de artesanato, onde comercializa os seus produtos; o **Grupo de Poupadores**, em parceria com a ONG Interação, desenvolve ações de fortalecimento econômico das famílias por meio da poupança comunitária e realiza intercâmbio com grupos de outras favelas do Brasil e de outros países da América do Sul e da África; o **Grupo de Dança da Ilha**, que participou de uma jornada de apresentações, durante um período de 7 semanas, em várias cidades da Alemanha, além do **Projeto de Comunicação** do Caranguejo Uçá, que contempla uma rádio comunitária, cinema, dentre outras atividades.

Considerando as ações no âmbito governamental, na promoção da cidadania plena, diversas parcerias vêm sendo firmadas no sentido de garantir a inclusão dessa população nos serviços socioassistenciais existentes. Dentre as ações realizadas, destacam-se a formação para o trabalho, com a oferta de cursos de qualificação de mão-de-obra, incluindo o fornecimento de equipamentos e materiais para o exercício da função e, a articulação com

várias instituições públicas ou privadas visando à inserção no mercado de trabalho. Dessa forma, fecha-se o ciclo da inclusão produtiva para a população capacitada.

As capacitações possibilitaram a absorção dos moradores da Ilha de Deus e do entorno na execução das obras de urbanização, chegando no pico da obra a 200 trabalhadores, representando 50% do pessoal contratado pela construtora na época.

Foi criado um auxílio-renda, pelo Governo do Estado, para diminuir o impacto da retirada dos viveiros de camarão afetados pela obra. As pessoas contempladas com esse benefício, inclusive, participam de programas de capacitação de mão-de-obra para a substituição dessa atividade econômica, que não é permitida pelos órgãos ambientais naquele estuário.

Na perspectiva da sustentabilidade da ação, foi desenvolvido um **Projeto Ambiental**, que contempla o monitoramento das intervenções físicas e o seu impacto na ilha e seu entorno, a recomposição de mangue, a reestruturação hídrica para resgatar a navegabilidade dos rios, a proteção à fauna e à flora e a educação sanitária e ambiental.

A execução desses projetos, na sua totalidade sob a coordenação da SEPLAG, conta com uma gerenciadora contratada para fiscalizar as obras e desenvolver os projetos socioeconômicos, a Diagonal Transformação de Territórios e com uma construtora que é responsável pela execução das obras e pelo projeto ambiental.

A gerenciadora executa as atividades de modo a integrar as equipes específicas: de obra, social e ambiental, por meio de um processo de gestão de controle, monitoramento e avaliação das ações nas temáticas trabalhadas.

Foi instalado um escritório local, no qual funciona o plantão social, o que garante o atendimento individualizado a cada morador, bem como os esclarecimentos sobre o andamento das intervenções.

Outro passo importante relativo aos encaminhamentos das demandas provenientes dos moradores foi a formação de grupos de trabalho e reuniões sistemáticas com as entidades representativas da Ilha. Destaca-se a comissão de obra e a comissão ambiental, formadas por representantes da comunidade. A dinâmica dessas comissões é bastante variável, pois há maior presença dos seus membros quando há interesses pessoais envolvidos. Mesmo assim, o projeto vem buscando fortalecer a atuação desses membros na visão dos interesses comuns.

Diante da diversidade de problemas e de solicitações encontradas, destacando-se a existência de novos imóveis construídos, foram definidos critérios para viabilizar os

atendimentos, por parte dos representantes da comunidade, posteriormente, apresentados aos moradores em assembleia.

Se relacionado o crescimento da população local com os limites do projeto, sobretudo a situação geográfica, percebe-se a dificuldade em atender a todos aqueles que a comunidade deseja, além das famílias cadastradas.

Finalmente, o processo de pós-ocupação está ancorado em atividades que fortaleçam nas famílias o sentimento de pertencimento ao novo ambiente construído, bem como a adoção de formas mais adequadas de uso e conservação das novas moradias por meio da criação de hábitos e comportamentos harmônicos ao novo modo de morar.

Considerações Finais

A possibilidade de transformação social, urbanística e econômica está associada à promoção do direito à moradia com perspectivas para a ocupação sustentável dessa área ambientalmente frágil. O projeto procura, ainda, articular práticas e instrumentos de preservação ambiental que garantam a permanência da população na ilha sem a depredação do meio ambiente.

Assim, o grande desafio da ação pública vem sendo de como integrar a política ambiental e a política habitacional em um processo de construção partilhada de uma metodologia de intervenção para a política pública de moradia.

O direito à cidade, entendido como um direito coletivo, consiste em direitos essenciais às pessoas e implica “a construção da possibilidade de viver dignamente, no reconhecimento de ser parte da identidade e da vontade coletiva, na convivência dos diferentes, no enfrentamento de lutas e conflitos que resultam em solidariedade e urbanidade”. Significa dizer, criar condições e qualidade de vida para a população, bem como o pleno exercício da cidadania, o que envolve direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais.[6]

Nessa perspectiva é que foi projetado o processo de urbanização na comunidade Ilha de Deus. Ao mesmo tempo, existe a compreensão de que programas e projetos habitacionais voltados à população de baixa renda se encontram “inseridos em contextos específicos, em territórios de relações sociais marcados por conflitos e disputas, que para além da carência habitacional, enfrentam déficits de acessos a todos os serviços públicos,

como também necessitam de investimentos na cultura democrática e organizativa da população moradora”.[7]

Tais aspectos estão aqui considerados no sentido de demonstrar que o trabalho desenvolvido na comunidade Ilha de Deus está ancorado em dois grandes pilares: o político-institucional e o socioeducativo. Por um lado articulam-se o planejamento, monitoração e avaliação do processo ali empreendido. De outro, a participação e a organização da população que, coletivamente, vem desde 2007 discutindo e deliberando sobre a melhor forma de urbanizar a Ilha. As regras do projeto são pactuadas com a população nas assembleias e nas reuniões dos grupos específicos.

A garantia da moradia foi assegurada à comunidade com a construção de 350 habitações para as famílias cadastradas, em 2007. Para além do direito à moradia, o projeto realiza a articulação com outros órgãos governamentais e parceiros da sociedade civil organizada para viabilizar e fortalecer na comunidade o acesso a serviços de saúde, educação, trabalho, lazer e demais serviços socioassistenciais previstos em lei.

Pessoas que por toda a vida residiram em palafitas, em casas de madeira colocaram a conquista de um sonho o fato de agora possuírem uma casa com um padrão construtivo de qualidade.

Destaque-se que esse processo de transformação na Comunidade de Ilha de Deus é dialógico, de plena abertura à discussão com os diferentes grupos dentro da comunidade. O projeto tem seu foco na perspectiva do bem da coletividade, da atenção igual para todos e da gestão coletiva dos equipamentos a serem construídos.

O trabalho hoje em curso na Comunidade de Ilha de Deus busca alternativas para a equidade social e o seu desenvolvimento econômico e ambiental, procurando saídas satisfatórias que conjuguem a viabilidade do projeto com a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Representa, assim, um marco no trabalho de urbanização do Estado de Pernambuco.

Indaga-se sobre o tempo em que as transformações na Ilha de Deus irão permanecer e garantir mudanças efetivas na qualidade de vida daquela população.

Referências Bibliográficas

[1] FADE, Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco- Plano de Ação Integrada de Investimento para a ZEIS Ilha de Deus.Secretaria de Planejamento e Gestão do Governo do Estado de Pernambuco – SEPLAG. Recife, 2007.

- [2] BOURDIEU, Pierre. *A Miséria do Mundo*. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1997.
- [3] BANDEIRA, Manuel- Mucambos do Nordeste: algumas notas sobre o tipo de casa popular mais primitivo do Nordeste do Brasil. Ilustrações in FREYRE, Gilberto. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde. Publicações do SPHAN, n 1 1937.
- [4] FADE, Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Universidade Federal de Pernambuco-Plano de Ação Integrada de Investimento para a ZEIS Ilha de Deus-Diagnóstico socio-organizativo. Secretaria de Planejamento e Gestão do Governo do Estado de Pernambuco - SEPLAG. Recife, 2007.
- [5] Salário Mínimo Brasileiro. Lei Nº 11.498, 28 de junho de 2007. [Consultado a 11 outubro 2012]. Disponível em www.portalbrasil.net/salariominimo_2007.htm.
- [6] CFESS, Conselho Federal de Serviço Social- CFESS Manifesta: O direito à cidade é um direito coletivo. Brasília: CFESS, 2009.
- [7] AZ, Rosângela D. O. et al- Trabalho Social: Desafios da Política Habitacional. Brasília: Ministério das Cidades. 2010, 127p.
- [8] ASCHER, F- *Quelques réflexions à propôs du rapport*. In: PORTAS, N.; DOMINGUES, A. e CABRAL, J. Políticas urbanas - tendências, estratégias e oportunidades. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- [9] BOURDIEU, Pierre. *A Miséria do Mundo*. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 1997.
- [10] DAVIS, Mike- *Planeta Favela*. São Paulo:Editora Boitempo, 2006.